

A photograph of a chessboard with a wooden king and a grey rook on a black and white checkered surface. The background is a soft, out-of-focus light grey.

6^{to}

Congreso
Latinoamericano de
CIENCIA POLÍTICA

12, 13 y 14 de junio de 2012
FLACSO Sede Ecuador



Universidade Federal de Uberlândia.
Curso de Relações Internacionais

**A ALTA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA DIANTE DA POLÍTICA EXTERNA DO
GOVERNO LULA¹**

"Trabalho preparado para apresentação no VI Congresso Latino-americano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP). Quito, 12 al 14 de junho de 2012."

BASTOS, Cairo Guilherme Milhomem.
caiomilhomem@yahoo.com.br

Uberlândia 03 de Novembro de 2011

¹ Este artigo é um primeiro esboço da pesquisa de iniciação científica realizada sob orientação da prof. Dr. Patrícia Vieira Trópia. O projeto é financiado pela FAPEMIG e têm como período de vigência Março de 2011- Fevereiro de 2012.

Resumo

Neste artigo, baseado na tese que a política externa tem impacto distributivo dentro de um país e afeta de formas diferentes todas as classes sociais, pretende-se inferir o posicionamento político das categorias de classe média sobre a política externa do governo Lula. Além disso, verificar se essas categorias foram beneficiadas por essas políticas, se estão conscientes delas e se acham necessário influenciar o processo decisório.

Palavras-chave: governo Lula, política externa, classe média.

Abstract

In this article, based on the knowledge that foreign policy has distributive impact within the country and affect in different ways all the social classes, we intend to infer the political positioning of the middle class categories about the foreign policy of Lula's government. Furthermore, verifying if these categories were benefited by these policies, if they are aware of them and if they think necessary to influence decision-making process.

Key words: Lula's government, foreign policy, middle class.

Introdução

A chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo Federal em 2003 ocorreu em meio a expectativas sociais em relação ao modelo econômico, às reformas tributária, trabalhista e sindical, bem como em torno dos rumos da política externa brasileira. De um lado, havia desconfiança se o governo mudaria o rumo da política macroeconômica que vinha sendo conduzida pelo governo FHC, se os contratos seriam honrados, se a disciplina austera de controle de gastos públicos se manteria. Por outro, havia expectativas contrapostas, especialmente de amplos setores populares e das classes médias de que este governo implementaria um modelo desenvolvimentista e de redistribuição de renda.

O governo Lula manteve a política financeira de juros altos, promoveu políticas sociais de natureza compensatória – como bolsa família e programas de emprego e renda – e realizou uma reforma da previdência que suscitou resistência, sobretudo entre setores das classes médias, como o funcionalismo público. Não obstante, além de retomar os investimentos estatais (cujo melhor exemplo é o Plano de Aceleração do Crescimento/PAC), o governo Lula incrementou - por meio de mudanças na política externa - as exportações (agrícolas e industriais) as quais nos ajudam a explicar o positivo desenvolvimento econômico do país, mas também a forma de enfrentamento da crise de 2008-9².

No âmbito da política externa em especial, o governo Lula ganhou proporções jamais vistas que lhes proporcionou o reconhecimento da comunidade internacional. Esse reconhecimento pode ser comprovado por uma das publicações do jornal francês Le Monde, um dos periódicos mais respeitados mundialmente:

² Enquanto o crescimento do PIB durante o governo FHC foi de 19,47%, o crescimento na era Lula foi, aceitando-se a estimativa de 7% em 2010, de 35,66%.

“Avec Lula, le Brésil est entré non seulement dans une phase d'assainissement, mais aussi de croissance, qui a donné au pays des moyens d'expression internationaux dont il ne disposait pas jusque-là.” (Le Monde, Le Brésil de Lula : une diplomatie imaginative." Aymeric Janier. 04 de outubro de 2010)

Sem dúvida, a política externa do governo Lula suscitou uma ampla discussão interna e muitos trabalhos acadêmicos ensaiaram descrevê-lo. Entretanto, apesar do significativo número de trabalhos, poucos se destinaram a estudar as consequências internas da política exterior do Brasil, isto é, como as diferentes classes sociais foram influenciadas por essas políticas. A escassez desse tipo de trabalho nos revela que o estudo das Relações Internacionais no Brasil ainda está muito preso a um pequeno número de estudiosos. Faz-se necessário que a política externa ganhe cada vez mais a forma dos interesses gerais da nação e que reverbere positivamente nas diferentes classes sócias.

De forma peculiar, nos chama atenção as possíveis consequências da política externa do governo Lula na classe média brasileira, essa classe social em determinados períodos históricos teve um peso político importante, na consolidação e desenvolvimento do capitalismo brasileiro: seja na aliança das camadas médias tradicionais com as oligarquias rurais na defesa do liberalismo do período oligárquico; seja no apoio da baixa classe média urbana ao tenentismo e à Revolução de 1930 em prol da modernização do capitalismo periférico brasileiro; seja ainda no apoio que parte das então recentes “novas camadas médias” deram ao golpe militar em 1964 contra o avanço do populismo e da participação política das classes populares e em prol de um desenvolvimento autoritário e racional, representado pela aliança entre militares e técnicos sob a hegemonia do capital monopolista.

Dessa forma ao “casar” esses dois grandes temas pretende-se inferir o posicionamento político das categorias de alta classe média diante da política externa do governo Lula, se a classe média foi beneficiada ou não por essas políticas, se têm conhecimento delas ou não, se acha necessário influenciar o processo decisório ou não. A pesquisa devido ao seu viés empírico possibilitará respondermos estas e outras perguntas. Para tanto a pesquisa se destina a estudar o posicionamento de entidades e associações representativas de Auditores fiscais da Receita Federal, Engenheiros e Economistas sobre a política externa do governo Lula. Ademais ressalta-se a importância desta pesquisa por não se conhecer trabalho semelhante no Brasil.

Esse primeiro esboço está dividido em três partes: na primeira faremos uma explanação sobre o histórico estatal nos anos 1990 e 2000, em seguida, trataremos de caracterizar a política externa do governo Lula entre os anos de 2003 a 2010 e a atual estrutura de classes em que se encontra a classe média, por último, faremos um breve apanhado das primeiras conclusões de nove meses de pesquisa.

A política estatal nos anos 1990 e 2000

Na década de 1990, a sociedade brasileira sofreu profundas transformações. Embora tardias, relativamente ao cenário europeu e latino-americano, as reformas do Estado e da economia ocorreram no sentido de liberar a economia, reduzir as funções estatais, aprofundar a desregulamentação do capital financeiro e do trabalho (ANDERSON, 1995; CRUZ, 1998; BOITO JR., 1999). Lembremos que, na década de 1980, a política econômica esteve voltada à implantação de planos de estabilização monetária e, no plano político, foram tentados alguns pactos sociais. Foi a partir do governo de Fernando Collor de Mello, em 1990, que se iniciou o processo de reforma do Estado brasileiro com vistas à sua adequação ao mercado mundial. Esse processo continuou nos Governos Itamar Franco e FHC. As reformas orientadas para o mercado diziam respeito a três mudanças fundamentais: 1) abertura

comercial e desregulamentação do mercado de capitais; 2) redução do Estado e, conseqüentemente, política de privatizações; e 3) desregulamentação do mercado de trabalho.

Eleito em uma conjuntura polarizada politicamente, o governo Collor avançou a política de privatizações, modificou a política salarial - ao implementar a livre negociação - e abriu a economia ao comércio exterior. Neste governo se iniciou a redução do aparelho de Estado: foram afastados cerca de 160 mil funcionários públicos e fechadas 22 entidades públicas (CANO, 2000).

Itamar Franco, por sua vez, manteve os pilares do modelo implantado pelo seu antecessor, embora tenha reduzido o ímpeto das privatizações. A principal mudança realizada durante seu governo foi a estabilização monetária, com o lançamento do Plano Real. Em nome da redução do processo inflacionário, o governo restringiu o crédito e elevou a taxa de juros, além de se apoiar na abertura comercial como mecanismo auxiliar (TAVARES, 1998). A estabilidade monetária foi o principal mecanismo para o ingresso do Brasil no mercado mundial de capitais, fato que ocorre com o primeiro governo de Fernando Henrique. A partir da desregulamentação do mercado de capitais brasileiro aos investidores internacionais, o país aumenta a sua dependência e conseqüentemente se torna mais vulnerável aos grandes grupos financeiros e aos movimentos (fugas, crises) de capitais.

Eleito graças ao impacto popular que logrou a implantação do Plano Real, o ex-ministro da Fazenda do Governo Itamar, Fernando Henrique, encaminhou - já no seu primeiro ano de governo - ao Congresso Nacional vários projetos de emenda constitucional. Visava aprofundar as reformas tributária, administrativa e previdenciária, das quais as duas últimas tiveram, em grande medida, êxito. Seguindo a lógica de redução do Estado, o governo FHC ampliou o programa de privatizações para os setores de petróleo, recursos minerais, geração e distribuição de energia elétrica, distribuição de gás, telecomunicações, possível graças à quebra dos monopólios estatais, através da revogação do artigo 171 da Constituição.

A chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder, em 2003, parecia, à primeira vista, indicar algumas mudanças no modelo econômico, social e trabalhista brasileiros, afinal, tanto o PT quanto a CUT haviam procurado se demarcar como oposição à era FHC. Por isso são compreensíveis as expectativas criadas pelos trabalhadores em relação aos rumos sociais e econômicos do novo governo. O governo Lula manteve, sobretudo no primeiro mandato, alguns dos eixos da política financeira, baseada na elevada taxa de juros, na produção de superávit primário e no controle inflacionário. Apenas ao final do primeiro mandato, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é lançado, rompendo assim, ao menos em parte, com o modelo ortodoxo. Mas a grande novidade da política macroeconômica do governo Lula parece estar relacionada a um certo “neodesenvolvimentismo”, ou seja à retomada de investimentos estatais na economia e ao estímulo às exportações (agrícolas e industrial) com vistas a diminuir a vulnerabilidade do país e a aumentar o mercado de consumo interno. A política externa brasileira tornar-se-ia, assim, decisiva - o que fez com que o governo Lula não poupasse esforços diplomáticos e nas relações exteriores, para tanto.

Menos acostumada a tratar de questões políticas externas, em geral vistas como “coisa para diplomata”, a opinião pública brasileira passou a ser informada pelos órgãos de comunicação sobre as mudanças, as ações e posicionamentos do próprio presidente e do Ministério das Relações Exteriores acerca da política externa. Torna-se, portanto necessário e relevante investigar o posicionamento de setores das classes médias diante da política externa brasileira.

A política externa no Governo Lula

A política externa adotada pelo Governo Lula desde o início de seu mandato em 2003 vem sendo motivo de grande discussão na imprensa, no meio acadêmico e em diversos

segmentos da sociedade. Estas polêmicas giram em torno principalmente de dois pontos: 1) da forma como o governo lidou com as questões econômicas e das classes que se beneficiaram dela; 2) do posicionamento que o governo tomou no cenário internacional. Segundo Almeida (2003), a política implementada pelo governo Lula durante as duas gestões (2003-2010) apresentaria várias inovações, principalmente, por adotar diretrizes diferentes em comparação a dos governos anteriores. Nas palavras do ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, a política externa brasileira seria “ativa e ativa” (CARVALHO, 2009). Se de um lado essa política rompe em certos aspectos com estruturas do passado, de outro ela dá continuidade a diversas outras precedentes contradizendo a própria formação ideológica do Partido dos Trabalhadores. Quais seriam, então, as contradições que marcam o governo de Lula no que diz respeito à forma que esse lida com as questões internacionais? Por que suas políticas são tão polêmicas?

O Partido dos Trabalhadores teve durante toda a sua história uma preocupação em diminuir a dependência do Brasil em relação ao capital externo e ao FMI, atacando e criticando a política neoliberal de abertura econômica e privatização. Contraditoriamente, antes mesmo de assumir o governo, Lula publicou a “Carta ao povo brasileiro”, onde garantia que, se eleito, o futuro governo se comprometeria em honrar os compromissos internacionais e manteria a balança comercial superavitária. Ademais, o então candidato afirmava que a soberania do país ficara comprometida; não obstante para alterar a dependência econômica e reduzir a vulnerabilidade externa, a equação econômica deveria combinar exportação e ampliação do mercado interno de consumo de massas. A política externa, vale dizer as relações externas se tornavam um elemento da política macroeconômica a ser implementada. Vejamos:

“Nosso povo constata com pesar e indignação que a economia não cresceu e está muito mais vulnerável, a soberania do país ficou em grande parte comprometida, a corrupção continua alta e, principalmente, a crise social e a insegurança tornaram-se assustadoras. (...)

“O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado. Quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas” (Lula da Silva, 2002, grifos nossos).

Esta nova concepção se reflete no discurso de posse de Luís Inácio Lula da Silva em 2003 quando se afirma a necessidade do relacionamento externo para contribuir para a melhoria da qualidade de vida, elevando os níveis de renda e gerando empregos, sendo então instrumento do desenvolvimento nacional (ALMEIDA, 2007a). Por sua vez, a diplomacia é realçada também como elemento de desenvolvimento nacional.

“Nossa política externa refletirá também os anseios de mudança que se expressaram nas ruas. No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional. Por meio do comércio exterior, da capacitação de tecnologias avançadas, e da busca de investimentos produtivos, o relacionamento externo do Brasil deverá contribuir para a melhoria das condições de vida da mulher e do homem brasileiros, elevando os níveis de renda e gerando empregos dignos.” (Lula da Silva, 2003)

Qual foi, então, a política externa predominante no governo Lula?

No campo da diplomacia o governo Lula adotou uma política externa autônoma com relação às grandes potências. Sua diplomacia presidencial foi mais assertiva que a de governos anteriores e obteve sucesso na difusão de uma imagem positiva de uma liderança de esquerda. (Apud. Oliveira Onuki e Veiga, 2006) Essa tentativa de autonomia foi perceptível nas inúmeras viagens do presidente procurando estabelecer acordos econômicos e parcerias. Paralelamente, a tentativa de se ascender como grande *player* no cenário internacional, vislumbrando até uma cadeira permanente no conselho de segurança da ONU, rendeu a Lula elogios de Barack Obama.

No plano das relações econômicas propriamente ditas, é perceptível uma nova diretriz nas negociações do Brasil, a partir de 2003. Se os governos anteriores privilegiavam parceiros comerciais, entre os quais os EUA, no caso do governo Lula há um substancial aumento nas práticas comerciais e acordos políticos sul-sul, isto é, entre o Brasil e outros países em desenvolvimento como: Índia, China, Venezuela. Este ímpeto, voltado ao incremento das negociações bilaterais, realizava, na prática, as intenções manifestas na “Carta ao Povo Brasileiro” e em seu discurso de posse.

Esta (nova) política externa encontrou apoio nos segmentos sociais internos?

Segundo Bugiati e Berringer (2009) a política externa do Governo Lula – muito embora este governo tenha se originado em um partido de esquerda – representa e satisfaz interesses da burguesia interna, na medida em que realiza políticas econômicas de estímulo às exportações (agrícolas e industriais) e de financiamento aos investimentos em áreas econômicas voltadas para as exportações. Por sua vez, a política de indexação da taxa Selic de juros em um patamar altíssimo sinaliza a preocupação do governo em atrair investidores externos que comprem títulos públicos, mantendo assim a balança comercial superavitária e beneficiando os Bancos ao lhes proporcionar altos lucros em seus investimentos (BRESSER-PEREIRA). Tratar-se-ia então de uma política externa que busca garantir interesses de setores da burguesia interna (industrial e agronegócio) e, concomitantemente, dos investimentos externos – equação macroeconômica que garantiu além do equilíbrio econômico a possibilidade de implementar políticas sociais (ainda que de natureza compensatória). No Brasil, embora a burguesia interna se identificasse muito mais com os países do hemisfério norte, como os EUA, a busca de alianças privilegiadas no Sul, com ênfase especial nos processos de integração da América do Sul e do Mercosul, com reforço consequente deste último no plano político, caracterizam essa nova fase da política externa (ALMEIDA (2003)³. A intensificação das relações externas com países como a China – desde 2009 o principal parceiro econômico internacional – gerou, contudo, certas resistências tanto do setor industrial quanto dos próprios trabalhadores⁴. FIESP e Força Sindical, em função dos efeitos do aumento das exportações com a China, irão pressionar o governo Lula a implementar uma reforma tributária, visando desonerar a indústria de impostos e recuperar a capacidade de emprego, então especialmente afetada.

“A indústria brasileira, em especial, tem sido gravemente atingida. As importações provenientes da China avançam cada dia mais sobre o nosso mercado, substituindo bens nacionais, inclusive intermediários - o que fragiliza nossas cadeias produtivas e reduz o valor agregado da produção brasileira. Por outro lado, nossas exportações também têm sido deslocadas em terceiros mercados pelas manufaturas chinesas”.⁵

³ A intenção de reforçar as relações políticas com a América do Sul, especialmente o Mercosul, faz parte do Programa do Partido dos Trabalhadores, que desde 1993 discutia a questão da integração regional.

⁴ Em 2009, pela primeira vez, a China aparecia na Balança Comercial como o primeiro parceiro comercial, cuja conta chegava a US\$ 3,2 bilhões, enquanto que a conta com os Estados Unidos foi de US\$ 2,8 bilhões.

⁵ Ver: http://www.ciespsantos.com.br/noticias/noticias_mostra.php?id=4970. Acessado em 29/09/2010.

Ora, se a política externa do governo Lula beneficiou setores da burguesia interna, do agronegócio, bem como os investidores internacionais, que impacto ela teve nas classes médias?

A estrutura de classes e a classe média no Brasil nas últimas décadas

Na década de 1990 houve uma alteração significativa na estrutura de classes brasileira. Mudaram as relações de trabalho em função dos processos de reestruturação produtiva e desregulamentação das relações de trabalho, cuja característica principal foi o aumento da informalidade. Uma parte dos trabalhadores passou a ser contratada de forma bastante variada - subcontratação indireta (terceirização), subcontratação direta (autônomo) ou contratação regida por metas de produtividade. Uma parcela de trabalhadores da alta classe média converteu-se em pequenos capitalistas ou em trabalhadores especializados autônomos; outra parte de trabalhadores da baixa e média classe média e de trabalhadores manuais passou a ser contratado por tempo determinado ou na condição de prestador de serviços (FIGUEIREDO, 2002). Ocorreu também uma mudança na composição ocupacional no Brasil. Outro fenômeno importante que impactou na estrutura ocupacional foi o crescimento do desemprego, que chegou a 18,3% em 1998 nas regiões metropolitanas brasileiras (BIONDI, 1999). A queda na renda do trabalhador foi outro indicador importante. Os dados da PNAD apontam que houve uma queda de 18,8% no rendimento dos trabalhadores brasileiros no período 1996-2004, embora o salário mínimo tenha tido neste mesmo período um ganho de 2,2%.

Como este cenário de mudanças afetou as classes médias?

Em relação às classes médias, houve uma redução dos quadros administrativos e gerenciais, especialmente os cargos de chefia intermediária e de supervisão. A informatização e a chamada reengenharia de produção reduziram a estrutura hierárquica das grandes empresas (*downsizing*). Segundo pesquisa realizada por Quadros, no período 1989-94, teria ocorrido uma retração de 19% nos postos de trabalho de classe média, cerca de 456 mil postos (QUADROS, 1996). A retração mais intensiva ocorreu nos cargos de gerentes, cerca de 37%; entre chefes e técnicos administrativos, cerca de 41%; e entre chefes e supervisores de fabricação, cerca de 40%. Os cargos de alta direção das empresas também sofreram significativas reduções: os cargos de diretor sofreram um corte de 17%; os cargos de assessor, por sua vez, foram reduzidos em cerca de 22%. Um das hipóteses levantadas pela bibliografia é a de que estas cifras seriam consequência da reestruturação das empresas que importaram tecnologia estrangeira – processo que será impulsionado pela privatização de empresas e de serviços públicos (QUADROS, 1996). Além disso, destaca-se também a terceirização de serviços no âmbito público e privado. Neste sentido, as estatísticas referentes aos cortes nos postos de trabalho característicos de classe média são reveladoras e sintomáticas do quanto se alterou e consolidou a nova estrutura de classes no Brasil: ocorreram 106 mil cortes em 1990, 182 mil em 1991, 81 mil em 1992, 53 mil em 1993 e apenas 34 mil cortes em 1994 (IDEM). E no governo Lula, o que ocorre com a classe média?

Durante o governo Lula, ocorrem outras mudanças na estrutura de classes e, ao menos pelo critério de renda, houve um aumento da classe média em geral. Estudos realizados pelo IPEA (2008) mostram que, em função do aumento do crédito, do salário mínimo, das políticas compensatórias do governo Lula, houve uma redução da taxa de pobreza nas seis Regiões metropolitanas de 35,% em 2003 para 24,1% em 2008. Desta forma há um fenômeno de ingresso na classe média, sobretudo pelo critério de renda e consumo. Mas como definir classe média?

A maior parte dos relevantes estudos sobre a classe média é de natureza, predominantemente, econômica. São pesquisas que analisam questões importantes sobre

salário, montante de renda, emprego e desemprego e que consideram, no conjunto dos trabalhadores, as especificidades dos trabalhadores não-manuais e das profissões liberais. Mas a atuação política da classe média tem sido menos estudada. Um dos clássicos trabalhos sistemáticos sobre a classe média e o sistema político no Brasil, de autoria de Saes, recobre, contudo, o período de 1930 até o golpe militar de 1964 (SAES, 1984). O escasso número de trabalhos no campo da sociologia política ou da ciência política sobre as relações entre classe média e política no Brasil contrasta, contudo, com sua importante atuação na história política brasileira.

Considerações Finais

Os primeiros nove meses de pesquisa que resultaram nesse primeiro esboço foram destinados ao estudo do tema classe média e da política externa do governo Lula, concomitantemente à leitura da bibliografia sobre abordagem contemporânea de política externa. Como resultado, uma gama de questões foram levantadas para delinear o que necessariamente deveríamos interrogar aos entrevistados e como *a posteriori* analisaríamos os resultados obtidos.

Analisando o resumo executivo do Itamaraty - em que constam as principais ações do governo em matéria de relações internacionais - percebemos o quanto a política externa brasileira vem realmente logrando êxitos e chamando para si a atenção e o reconhecimento internacional.

Os esforços da política externa foram pautados principalmente: 1) Na diversificação da pauta exportadora do País, se propondo a uma maior articulação com os países emergentes em torno do G-20 e com o conjunto das economias da América do Sul. 2) Uso da diplomacia presidencial de forma intensa, demonstrando que a ação dos governantes é essencial para combater “a desordem que se instalou nas finanças internacionais, com efeitos perversos na vida cotidiana de milhões de pessoas”. (BRASIL. Ministério das Relações Exteriores.)

A política externa teve sua consistência ancorada em quatro eixos fundamentais:

- A América do Sul, como já citado.
- A África Ocidental, incluindo os arquipélagos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, representa uma antiga fronteira, que havia sido esquecida, mas cujos laços precisam ser reatados.
- A Ásia, em especial a China pelo tamanho de sua economia e mercado consumidor.
- Europa e América do Norte, áreas tradicionais de vinculação política, econômica e cultural, permanecem como parceiros relevantes do Brasil, em particular no esforço de reforma da governança política e econômica global.

Algumas questões poderiam ser levantadas ao analisarmos o resumo executivo do MRE, as quais são de nosso interesse interrogar aos setores de alta classe média como: 1) Caberia ao Brasil, um país subdesenvolvido, o papel de instigador do desenvolvimento da América Latina. Por que ajudar? Isso é certo ou errado? 2) Cabe ao Brasil o papel de intermediador internacional, suas decisões realmente possuem peso?

Por último, nunca antes um governo brasileiro tinha firmando tantos acordos com países de extrema esquerda ou ditatoriais (como é o caso do Irã), em acréscimo, os países do Oriente Médio nunca foram cogitados como parceiros econômicos para o Brasil. Dessa forma, seria ou não interessante para o Brasil relacionar-se com países ditatoriais? O Brasil deve ou não travar esse tipo de relação? Esse fato pode ocasionar problemas para o Brasil?

A bibliografia que trata sobre a abordagem contemporânea de política externa também nos revela, pelo menos, três grandes aspectos a serem levados em consideração ao analisarmos os dados obtidos:

1) De acordo com Allison (1969) se adotarmos o modelo de política burocrática que vê as ações governamentais em matéria de política externa como o resultado da disputa burocrática interna e não de uma escolha racional, grupos diferentes influenciariam a formulação de políticas que ao final são diferentes do que cada grupo interno havia pensado. Dessa forma, teria a classe média alguma vez já composto um desses grupos capazes de influenciar a política externa brasileira?

2) De acordo com Saraiva (2010) o significativo acréscimo do interesse de diferentes grupos civis nacionais em relação à política externa exige do Itamaraty uma nova posição que não a de insulamento para que se possa atender a demanda dos diversos grupos de interesse. Paralelamente emerge dentro do Itamaraty, com a chegada de Lula da Silva ao poder, uma prevalência dos diplomatas orientados pela teoria autonomista. Os autonomistas possuem uma opinião bem delineada sobre como o Brasil deve se posicionar e se relacionar externamente, sempre reivindicando uma atuação mais audaciosa por parte do Brasil.

3) Para Lima (2000), cada vez mais uma diversidade de setores tentam influenciar a política externa porque esta vem se apresentado com impactos distributivos dentro da sociedade. E se a consequência de uma política pode beneficiar um setor em detrimento do outro, nenhum setor interno quer ser o menos favorecido. Esta ideia é bastante importante em nossa pesquisa na medida em que nos permite compreender que a política estatal em geral e, particularmente, a política externa é fruto da disputa de classes e frações de classe de uma determinada sociedade. A afirmação da autora nos leva a questionar se os segmentos de classe, em especial a classe média objeto de nossa pesquisa - conseguem perceber esse impacto e, em caso positivo, se esta já teria sido capaz de influenciar a política externa.

Ao final dos últimos três meses de pesquisa, objetivamos responder as questões propostas neste ensaio por meio da análise pormenorizada dos dados obtidos através da aplicação de questionários aos setores de alta classe média. Prevê-se que o artigo com amostra completa dos dados seja publicado em Fevereiro de 2012.

Referências Bibliográficas

ALLISON, Graham T. "Conceptual Models and the Cuban Missile Crisis". *The American Political Science Review*, Vol. 63, No. 3. (Sep., 1969), pp. 689-718. Disponível em: [http://links.jstor.org/sici?sici=0003-](http://links.jstor.org/sici?sici=0003-0554%28196909%2963%3A3%3C689%3ACMATCM%3E2.0.CO%3B2-%23)

[0554%28196909%2963%3A3%3C689%3ACMATCM%3E2.0.CO%3B2-%23](http://links.jstor.org/sici?sici=0003-0554%28196909%2963%3A3%3C689%3ACMATCM%3E2.0.CO%3B2-%23)

ALMEIDA, Paulo Roberto. "Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula". *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 47, nº1. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2004.

_____. "A política internacional do Partido dos trabalhadores: da fundação do partido a diplomacia do governo Lula". *Revista de Sociologia e Política Online*. Curitiba, no. 20, junho de 2003. Disponível em: [<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1009PolExtPT.pdf>].

Consultado em: 20/09/2010.

ANDERSON, Perry. "Balanço do neoliberalismo", em SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs.), Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

BIONDI, Aloysio, O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado. São Paulo, Perseu Abramo, 1999.

_____. *O Brasil desempregado*. São Paulo, Perseu Abramo, 1999.

BOITO, Armando. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. São Paulo, Xamã, 1999.

_____. Classe média e sindicalismo. Campinas, IFCH-Unicamp, 2004 (Primeira Versão, n. 123 de fevereiro de 2004).

BONELLI, Maria da Gloria. Profissionalismo e política no mundo do direito: as relações dos advogados, desembargadores, procuradores de justiça e delegados de polícia com o Estado. São Carlos, EdUFSCar/Ed. Sumaré, 2002.

BOURDIEU, Pierre. Les héritiers: les étudiants et la culture. Paris, Minuit, 1985.

_____. La distinction: critique sociale du jugement. Paris, Minuit, 1979.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br>

BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. Macroeconomia do Brasil pós-1994. Revista Análise Econômica Ano 21, nº 39, março, 2003 - Porto Alegre. Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, 2003.

BUGIATO, C. e BERRINGER, T. “Notas sobre a política externa e o Bloco no poder no governo Lula”. Campinas, II Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais, 2009. Disponível em:

http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/simp/artigos2009/caio_bugiato_tatiana_berri_nger.pdf

CANO, Wilson, “o ajuste da década de 1990: neoliberalismo e crise”. Em Soberania e política econômica na América Latina. São Paulo, Editora da Unesp, 2000.

CARDOSO JR., José Celso. “Reforma do Estado e desregulamentação do trabalho no Brasil, nos anos 90”. Ensaio FEE, Porto Alegre, vol. 23, n. 2, 2002.

CARVALHO, Paulo Roberto D. Política externa brasileira e a integração regional na Era Lula. Fundação Perseu Abramo, 2009. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/politica-externa-brasileira-e-integracao-regional-na-era-lula-por-paulo-roberto-d-carvalho> Acessado em 29/09/2010.

COUTROT, Laurence, “Les catégories socioprofessionnelles: chagement des conditions, permanence des positions?”. Em: Sociétés contemporaines, n. 45-46, 2002.

DEDECA, Claudio S. Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado. Campinas/São Paulo, Unicamp-IE, 1997.

DESROSIÈRES, Alain e THÉVENOT, Laurent, Les catégories socioprofessionnelles. Paris, La Découverte, 1988.

FIGUEIREDO SANTOS, José Alcides. Estrutura de posições de classe no Brasil: mapeamento, mudanças e efeitos na renda. Rio de Janeiro, Iuperj, 2002.

FILGUEIRAS, Luiz. História do Plano Real. São Paulo, Boitempo, 2001.

_____. Economia Política e Governo Lula.

GALVÃO, Andréia. Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Revan, 2007.

GONÇALVES, Reinaldo, Globalização e desnacionalização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.

GRUN, Roberto. A revolução dos gerentes brasileiros. Campinas, tese de doutorado, IFCH-Unicamp, 1990.

_____. “Fundos de pensão no Brasil do final do século XX: guerra cultural, modelos de capitalismo e os destinos das classes médias”. Em: Mana, Out 2003, vol.9, no.2, p.7-38.

_____. “Em busca da nova pequena burguesia brasileira”. Em: Dados, 2000, vol.43, no.2.

_____. “Atores e ações na construção da governança corporativa brasileira”. Em: Rev. Brasileira de Ciências Sociais, Jun 2003, vol.18, no.52, p.139-161.

GUTIERREZ, Andriei. “Classe média organizada e política no Brasil na década de 1990”. Projeto de pesquisa, Campinas, IFCH-Unicamp, mimeo, 2007.

HIRANO, Sedi, Castas, estamentos e classes sociais: introdução ao pensamento de Marx e Weber. São Paulo, Alfa-Ômega, 1974.

IPEA, Pobreza e riqueza no Brasil metropolitano. Série Comunicado da Presidência, N. 7, agosto de 2008. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/comunicado_presidencia/ReducaoPobreza_CPresi7.pdf , acessado em 1 de maio de 2010.

KAWAMURA, Lili Katsuco. Engenheiro: trabalho e ideologia. São Paulo, Ática, 1981.

KREIN, José e OLIVEIRA, Marco A. “Mudanças institucionais e relações de trabalho: as iniciativas do governo FHC no período 1995-1998”. XXIII Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 1999.

LE MONDE, 2010. Le Brésil de Lula : "une diplomatie imaginative". Aymeric Janier. 04 de outubro de 2010)

LESBAUPIN, Ivo e MINEIRO, Adhemar. O desmonte da nação em dados. Petrópolis, Vozes, 2002.

LIMA, Maria Pereira Soares. Instituições Democráticas e Política exterior.

Disponível em: http://publique.rdc.puc-rio.br/contextointernacional/media/Lima_vol22n2.pdf

LOCKWOOD, David. El trabajador de la clase média. Madrid, Aguilar, 1962.

LOMBARDI, M. R. Engenheiras brasileiras: inserção e limites de gênero no campo profissional. Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas) JCR , Campinas, São Paulo, v. 36, p. 173-202, 2006.

LOJKINE, Jean. L’adieu à la classe moyenne, Paris, La Dispute/Snédit, 2005.

LOPES, Lucyene. Piracicaba, São Paulo. A política externa brasileira no governo Luiz Inácio Lula Da Silva com relação ao Mercosul, 2006. Monografia apresentada à universidade UNIMEP. Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos-pdf/politica-externa-mercosul/politica-externa-mercosul.pdf>. Consultado em: 12/08/2010.

LÓPEZ-RUIZ, Osvaldo Javier. O ethos dos executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo. Campinas, Tese de Doutorado, IFCH-Unicamp, 2004.

MEDEIROS, Gabriel de Sousa. Classe media e Estado nos anos de 1990 – os auditores fiscais diante da reforma do Estado. Uberlândia, Relatório PIBIC/CNPq, 2010, (mimeo).

MILLS, Wright, A nova classe média. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.

NOGUEIRA, Arnaldo. A liberdade desfigurada - a trajetória do sindicalismo no setor público brasileiro. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

POCHMANN, Márcio et. al. (orgs). Classe média: desenvolvimento e crise. São Paulo, Cortez, 2006.

POULANTZAS, Nicos, de Les classes sociales dans le capitalisme aujourd’hui. Paris, Seuil, 1974.

_____. Poder político e classes sociais. São Paulo, Martins Fontes, 1977.

QUADROS, Waldir. A nova classe média brasileira: 1950-1980. Campinas, Dissertação de mestrado, IE-Unicamp, 1985.

_____. O “milagre brasileiro” e a expansão da nova classe média. Campinas, Tese de doutorado, IE-Unicamp, 1991.

_____. “A reestruturação das empresas e o emprego de classe média”, em Carlos Alonso de Oliveira e Jorge Mattoso (orgs.), Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado? São Paulo, Scritta, 1996.

SAES, Décio. Classe média e sistema político no Brasil, São Paulo, T. A. Queiroz, 1984.

SARAIVA, Miriam Gomes. “Brazilian foreign policy towards South America during the Lula administration: caught between South America and Mercosur”. Revista Brasileira de Política Internacional. Vol.53, Número especial. Brasília, dezembro de 2010. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000300009&lang=pt.

SCHULTZ, Theodore W. O capital humano: investimento em educação e pesquisa. Rio de Janeiro, Zahar, 1973. SILVA, Luís Inácio Lula, Carta ao Povo Brasileiro. São Paulo, 2002.

Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/carta-ao-povo-brasileiro-por-luiz-inacio-lula-da-silva>.
Consultado em: 15/09/2010.

SILVA, Luís Inácio Lula, Discurso de Posse do Presidente Lula. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/01/44633.shtml>.

SIMÕES, Solange Deus. “O Sindicalismo e a formação do engenheiro”. In: Lucia Bruno; João Bosco Laudares. (Org.). Trabalho e Formação do Engenheiro. Belo Horizonte:

FUMARC, 2000, v. 1, p. 189-226.

_____. “Classe Média Profissional no Brasil: Teoria e Comportamento Político”. In: ANPOCS. (Org.). Ciências Sociais Hoje. São Paulo: Rio Fundo Editora, 1992, v. , p. 160-199.

TAVARES, Maria da Conceição, “A economia política do Real”. Em: Aloizio Mercadante (org.), O Brasil pós-Real: a política econômica em debate. Campinas, Unicamp-IE, 1998.

TORRE, J. C. , “O encaminhamento político das reformas” In: Lua Nova, São Paulo, nº. 37, 1996.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. “A inserção de classe dos assalariados não manuais: um debate com a bibliografia marxista”. Em Cadernos Cemarx, n. 1. Campinas, IFCH-Unicamp, 2004.

_____. Classe média, situação de trabalho e comportamento sindical: o caso dos comerciários de São Paulo, Dissertação de Mestrado, Campinas, IFCH-Unicamp, 1994.

VELASCO E CRUZ, Sebastião, “Alguns argumentos sobre as reformas para o mercado”, em Lua Nova, n. 45, 1998.

WRIGHT, Erik Olin. Classe, crise e o Estado. Rio de Janeiro, Zahar, s/d.

_____. Class counts: comparative studies in class analysis. Cambridge, Cambridge University Press, 1997.